



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - https://www.gov.br/fundacentro/pt-br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.002077/2019-91

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de inspeção de segurança em reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), de diagnóstico técnico e de manutenção preventiva e corretiva (incluindo peças, componentes ou acessórios) em sistema de geração e tratamento de ar comprimido utilizado no Serviço de Laboratório de EPI (SLEP) do Centro Técnico Nacional da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/especificação	Unid	Qtde	CATMAT/CATSER
01	Inspeção de segurança em vaso de pressão, incluindo inspeção e calibração em manômetro e válvula de segurança, conforme procedimentos especificados na seção 7.8 e demais requisitos deste documento.	01	Serv.	20419
02	Diagnóstico técnico de funcionamento em sistema de geração e tratamento de ar comprimido, conforme procedimentos especificados na seção 7.9 e demais requisitos deste documento.	01	Serv.	2313
03	Manutenção corretiva avulsa em sistema de geração e tratamento de ar comprimido, incluindo fornecimento e substituição dos materiais indicados nos demais itens do objeto, entre outros procedimentos especificados na seção 7.10 e demais requisitos deste documento.	01	Serv.	2313
04	Manutenção preventiva avulsa em sistema de geração e tratamento de ar comprimido, incluindo fornecimento e substituição dos materiais indicados nos demais itens do objeto, entre outros procedimentos especificados na seção 7.11 e demais requisitos deste documento.	01	Serv.	2313
05	Elementos filtrantes para pré-filtros modelo EFC-0080, elemento filtrante A (código Dinattec do filtro: 1020.0010), com grau de filtração de 0,1 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,5 ppm, capacidade de 80 Nm ³ /hora, ou equivalente.	02	Unid.	38156
06	Elemento filtrante para pós-filtro modelo EFC-0080, elemento filtrante B (código Dinattec do filtro: 1020.0017), com grau de filtração de 0,01 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,01 mg/m ³ capacidade de 80 Nm ³ /hora, ou equivalente.	01	Unid.	38156
07	Elemento filtrante para pós-filtro modelo EFC-0080 elemento filtrante C (código Dinattec do filtro: 1020.0018), com capacidade de 80 Nm ³ /hora, 0,005 micron, grau de filtração de 0,003 mg/m ³ óleo, material do elemento filtrante: carvão ativado, ou equivalente.	01	Unid.	89320
08	Óleo lubrificante RotEnergy Plus ou Dinalub SP46 ou SHELL Corena D46 ou BP Energol HLP 46 ou MOBIL D.T.E. MEDIUM ou AGIP Dicrea 46 ou ASTROL Aircol MR46 ou IP Veretum Oil 46, ou equivalente.	04	L	461654
09	Filtro de ar MANN FILTER C630 (dimensões: altura de 70 mm, diâmetro interno de 34 mm e diâmetro externo de 60 mm), ou equivalente.	01	Unid.	89320
10	Filtro separador ar/óleo MANN FILTER LB 719/2, ou equivalente.	01	Unid.	89320
11	Elemento filtrante para filtros de ar comprimido coalescentes Hyperfilter Metalplan Grau M20, ou equivalente compatível com conjunto purificador de ar modelo MFC-0025, de fabricação da Metalplan.	01	Unid.	89320
12	Elemento filtrante para filtros de ar comprimido coalescentes Hyperfilter Metalplan Grau M40, ou equivalente compatível com conjunto purificador de ar modelo MFC-0025, de fabricação da Metalplan.	01	Unid.	89320
13	Mangueiras e tubulações flexíveis conectadas ao compressor, ao reservatório de ar comprimido, aos pré e pós filtros e ao secador (considerando um comprimento total de 15 metros de mangueiras com diferentes diâmetros). O material deve ser compatível com o modelo do sistema instalado na Fundacentro, com componentes identificados no item 5.1.1 deste TR. Resistente a pressões de pelo menos 10,3 bar e vazões de pelo menos 35 pcm. Com reforço, adequado e indicado para uso em compressores. De qualidade e especificações iguais ou superiores ao material atualmente instalado no sistema.	01	Kit/conjunto	150844
14	Silenciador pneumático adequado para compressor, de modelo compatível com o instalado na Fundacentro, construído em material durável, resistente a pressões máximas de pelo menos 10,3 bar e vazões máximas de pelo menos 35 pcm, com conexão de ½ polegada.	01	Unid.	443806
15	Espuma de isolamento acústico, adequada e indicada para atenuação de ruído de compressores de ar, construída em material auto extingüível e/ou antichamas.	03	m ²	437943

16	Secador de ar por refrigeração, caso necessário, sob demanda em função de eventual inviabilidade de medidas corretivas no secador atual. Ponto de orvalho : + 3°C; Gás ecológico; Dreno automático do condensado; Máxima pressão de trabalho: 12 Bar (175 psi); Capacidade (7 Bar g): ≥ 39 pcm (67 m³/h); Tensão: 220 V; Nível de ruído máximo: 70 dB(A); Bitola conexões principais: ½" ou bitola com diâmetro maior e com adaptador para redução para ½"; Norma (Especificações e teste): ABNT NBR ISO 7183:2012.	01	Unid.	434387
17	Carga ou recarga de gás refrigerante para secador. O gás refrigerante do secador atual ou do eventual novo secador deverá ser ecológico sempre que aplicável e possível, conforme estabelece a Instrução Normativa Nº 01 de 19 de Janeiro de 2010 da SLTI/MPOG em seu artigo 5º, Inciso IV, priorizando os aparelhos que utilizam gás refrigerante que não prejudicam a camada de ozônio. Esta característica será comprovada por meio da verificação das especificações técnicas do material, observando a sua composição química.	01	Unid.	150372

1.2. Os consumíveis acima relacionados contam com identificação das marcas e modelos atualmente instalados no sistema de geração e tratamento de ar comprimido da Fundacentro ou indicados no seu manual do fabricante, de modo a evitar o fornecimento de materiais com características incompatíveis com as dos itens a serem substituídos e com o modelo do sistema, considerando suas especificidades. Neste sentido, entende-se que o fornecimento de componentes não reconhecidos ou autorizados pelo fabricante do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, ou com especificações/características que não sejam equivalentes às atualmente em uso e recomendadas pelo fabricante, poderia comprometer o funcionamento adequado do sistema e/ou dos equipamentos que fazem uso dele.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de inspeção de segurança, diagnóstico técnico e manutenção em sistema de geração e tratamento de ar comprimido, incluindo peças; componentes ou acessórios.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotar como regime de execução a empreitada por Preço Unitário, devido à inviabilidade de definição, com boa margem de precisão, sobre a necessidade de outras peças ou consumíveis além dos que puderam ser inicialmente identificados para a realização dos serviços solicitados.

1.6. A contratação terá vigência de 190 dias a partir da assinatura do Termo de Contrato, não devendo ser prorrogado, a não ser que de forma justificada por situações excepcionais e imprevisíveis, observada as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Este período correspondente à somatória dos prazos para início e execução do objeto, providências de recebimento, pagamento dos serviços, considerando também seu prazo de garantia legal.

1.7. Devido à inter-relação entre os serviços de diagnóstico técnico, de manutenção corretiva e de manutenção preventiva, assim como sua dependência de materiais solicitados para a realização destes serviços, considera-se o não parcelamento da solução como mais adequado para os itens 02 a 17 do objeto. Dadas as especificações dos procedimentos a serem seguidos nos serviços solicitados, entende-se que seu não parcelamento é tecnicamente viável, favorecendo a sua uniformidade sem que haja prejuízos à ampla participação dos licitantes especializados em serviços de tal natureza. O item 01 do objeto poderá ser parcelado, visando maior variedade de possíveis proponentes por se considerar que empresas especializadas em serviços de manutenção não necessariamente oferecem serviços de inspeção de segurança (e vice-versa).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, qual seja:

2.2. A Fundacentro é o único laboratório nacional reconhecido pela Subsecretaria da Inspeção de Trabalho para conduzir ensaios em respiradores purificadores de ar com filtros substituíveis e de adução de ar. Os ensaios nestes respiradores podem ser solicitados à Fundacentro por fabricantes e importadores, consumidores e usuários de respiradores ou pela fiscalização das Superintendências Regionais do Trabalho, que fazem uso dos relatórios com os resultados obtidos para diferentes finalidades: a) fabricantes e importadores de respiradores: obtenção do Certificado de Aprovação (CA) junto à Coordenação Geral de Segurança e Saúde no Trabalho, da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia; b) consumidores ou usuários de respiradores: averiguação da qualidade dos EPI fornecidos aos trabalhadores; c) fiscalização: verificação se respiradores apreendidos apresentam desempenho equivalente ao das amostras que originaram o seu CA. Como tal, existe uma grande demanda pela realização destes ensaios – para exemplificar, desde 2014 foram elaborados mais de 170 relatórios de ensaio, somente em respiradores purificadores de ar, sendo cada um deles utilizados com vários tipos e classes de filtros.

2.3. Os ensaios em respiradores são conduzidos com base em requisitos de normas técnicas de ensaio estabelecidas pela Portaria SEPRT nº 11.437 de 06/05/2020, as quais são aplicáveis para verificar se os equipamentos de proteção individual (EPI) atendem ou não a determinados requisitos de desempenho e qualidade. Para a realização destes ensaios no SLEP, é utilizado um sistema de geração e tratamento de ar comprimido composto por um compressor rotativo de parafuso lubrificado da marca Fini/Dinatec, modelo Fini Cube 10 SD (número de série 0111059508; pressão de operação nominal: 10 bar; vazão: 35 pcm), um reservatório de ar comprimido com volume de 400 L, dois pré-filtros, um secador de ar por refrigeração e dois pós-filtros. Este sistema fornece ar com a qualidade necessária para o adequado funcionamento dos equipamentos laboratoriais utilizados atualmente em ensaios de respiradores purificadores de ar com filtros substituíveis. Futuramente, o mesmo sistema será necessário também para a pretendida retomada de ensaios em respiradores de adução de ar.

2.4. Considerando que a adequada condução dos ensaios em equipamentos de proteção respiratória não é possível sem o sistema de geração e tratamento de ar comprimido, que a alta demanda de uso deste sistema ocasiona desgastes naturais em seus diferentes componentes e que a sua última manutenção especializada foi realizada em agosto de 2017, o objeto deste processo é solicitado para verificar e promover ou manter o correto funcionamento do sistema, com o objetivo de preservar a sua vida útil. Para isso, são necessários, entre outros procedimentos especializados, a realização de diagnósticos de funcionamento, inspeções de segurança no reservatório de ar; inspeções em manômetros e válvulas de segurança; limpezas; lubrificações; verificações, regulagens e substituição de peças, componentes ou acessórios, englobando ainda a detecção e correção de eventuais problemas que o equipamento ou seus componentes possam apresentar. Somado a isso, os serviços especializados também são requeridos, pois, em função do uso frequente do compressor, foi verificada a necessidade de consertar o painel de comando deste equipamento, substituir a sua espuma interior para melhor isolamento acústico, reparar vazamentos de óleo recorrentes, além de reparar ou, em caso de reparo inviável, substituir um secador de ar comprimido por refrigeração, que vem apresentando, sistematicamente, problemas de vazamento do gás refrigerante.

2.5. Diante do exposto acima, os diagnósticos técnicos, inspeção de segurança e manutenções constituem serviços essenciais não somente para checar o estado de conservação e de segurança do sistema de geração e tratamento de ar comprimido e promover ou manter o seu bom funcionamento para a adequada realização e continuidade dos ensaios em respiradores, mas também para reparar, prevenir e minimizar a ocorrência de falhas no sistema que poderiam prejudicar o desenvolvimento das atividades realizadas nos Laboratórios do SLEP.

2.6. A manutenção e conservação de equipamentos pertencentes à infraestrutura dos laboratórios do SLEP está prevista na Proposta de Atividade 23 (documento SEI nº 0078450), inserida e aprovada no Processo Eletrônico 47648.001426/2020-91, pelo qual são documentadas as ações relacionadas à

Atividade “Avaliação de equipamentos de proteção individual (EPI)”. O objeto foi também previsto no PAC (Plano Anual de Contratações) de 2021, por meio do cadastro dos itens 113 a 120, 123 a 129 (consumíveis e peças) e 267 (serviços) no sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) do Ministério da Economia. Os serviços de diagnóstico técnico e de inspeção de segurança foram originalmente pensados como parte de serviços de manutenção, mas não como itens separados, e por isso não constam especificamente no PAC-2021. Se necessário e no que couber, solicita-se autorização para inclusão/aquisição destes materiais e/ou serviços não previstos inicialmente, nos moldes do art. 11 da IN nº 01 de 10 de janeiro de 2019, publicada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

2.7. Em relação às quantidades solicitadas no objeto, são consideradas como as mínimas requeridas para checar e promover ou manter o bom estado de conservação dos componentes do sistema atual de geração e tratamento de ar comprimido da Fundacentro, conforme necessário para minimizar riscos de parada de funcionamento e eventuais interrupções nos ensaios realizados no SLEP. Maiores detalhes sobre as estimativas de quantidades constam em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (apêndice deste Termo de Referência) é: contratação de empresa especializada para prestar serviços não contínuos, pontuais, de inspeção de segurança em reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), de diagnóstico técnico e de manutenção preventiva e corretiva no sistema de geração e tratamento de ar comprimido que atende aos laboratórios de ensaio do Serviço de Laboratório de EPI do Centro Técnico Nacional da Fundacentro, incluindo peças, componentes e consumíveis.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, de acordo com o parágrafo único do Art. 1º, da Lei nº 10.520 de 2002, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Do mesmo modo, os materiais a serem fornecidos para a realização dos serviços são classificados como comuns.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

5.1.1. A Contratada deverá realizar os serviços levando em consideração as especificidades do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, composto pelos componentes especificados na tabela abaixo. Deverá considerar, ainda, no dimensionamento de sua proposta, que o sistema não passa por manutenções preventivas e corretivas especializadas desde agosto/2017.

Item	Descrição/especificação dos componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido	Qtde
1	Compressor rotativo de parafuso lubrificado modelo Fini Cube 10 SD (pressão de operação nominal: 10 bar; vazão: 35 pcm), da marca Fini/Dinatec Indústria e Comércio Ltda.	01
2	Reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), modelo Reservatório Vertical 400 L, com volume de 400 litros, diâmetro interno de 560 mm, comprimento do corpo cilíndrico de 1500 mm, material utilizado no cilindro e calotas: aço ASTM 36, categoria C V, pressão máxima de trabalho admissível de 10,5 bar, marca Dinatec Indústria e Com. Ltda.	01
3	Filtro coalescente (pré-filtro) modelo EFC-0080 elemento filtrante A (código Dinatec do filtro: 1020.0010), com grau de filtragem de 0,1 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,5 ppm, capacidade de 80 Nm³/hora, pressão máxima de 16 bar.	02
4	Secador de ar por refrigeração modelo DPR 40 da marca Dew Point.	01
5	Filtro coalescente (pós-filtro) modelo EFC-0080 elemento filtrante B (código Dinatec do filtro: 1020.0017), com grau de filtragem de 0,01 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,01 mg/m³, capacidade de 80 Nm³/hora, pressão máxima de 16 bar.	01
6	Filtro adsorvedor (pós-filtro) modelo EFC-0080 elemento filtrante C (código Dinatec do filtro: 1020.0018), 0,005 micron, capacidade de 80 Nm³/hora, pressão máxima de 16 bar, grau de filtragem: 0,003 mg/m³ óleo, material do elemento filtrante: carvão ativado.	01

5.1.2. Os serviços deverão ser executados por técnicos qualificados de empresa especializada e autorizada para o tipo de serviço a ser executado pela Contratada.

5.1.3. A Contratada deverá possuir registro profissional, expedido pelo CREA, do engenheiro responsável pelos serviços prestados - este deverá possuir vínculo jurídico com a Contratada. Deverá possuir também atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação.

5.1.4. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

5.1.5. As visitas técnicas deverão ser planejadas pela Contratada, de forma que o técnico qualificado compareça ao Centro Técnico Nacional com tempo suficiente para realizar todos os serviços necessários, conforme descrito na seção 7 deste documento – Modelo de execução do objeto.

5.1.6. Sempre que aplicável, os equipamentos utilizados em inspeções de segurança de componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido deverão estar com calibração e aferição dentro da validade, realizadas por empresas qualificadas.

5.1.7. Todas as peças que forem substituídas nos serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser novas (sem uso, reforma ou recondicionamento), não retificadas e adequadas ao sistema de geração e tratamento de ar comprimido, sem resultar em perda de qualidade em relação aos itens substituídos e às especificações estabelecidas pelo fabricante dos componentes do sistema, com vistas a garantir a correta adaptação ao equipamento sem risco de danificá-lo

ou prejudicar sua vida útil. Materiais de qualidade superior serão aceitos, desde que não configurem outro tipo de produto e não gerem gastos adicionais futuros - por exemplo, para a sua manutenção e continuidade de uso.

5.1.8. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos e ferramentas necessários à efetivação dos serviços.

5.1.9. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos ao local de prestação dos serviços e/ou pela eventual retirada e entrega de componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, caso imprescindível para a conclusão dos serviços, e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

5.1.10. Em conformidade com o art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, os serviços executados e as peças substituídas deverão possuir garantia mínima de 90 dias a partir de seu recebimento, período no qual a Contratada deverá dar toda e qualquer assistência relacionada ao serviço executado e aos materiais fornecidos, sem custos adicionais à Contratante. Prevalecerá o prazo de garantia fixado pela Contratada, se superior.

5.1.11. A contratada estará sujeita às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

5.2. A contratada deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

5.4. Natureza dos serviços

5.4.1. Trata-se de serviço comum de caráter não continuado e sem mão de obra exclusiva, realizado de forma pontual, sem assistência contínua da empresa especializada após o seu término. Neste caso, a contratação seria iniciada com a assinatura do Termo de Contrato e finalizada com o recebimento do serviço e pagamento da sua nota fiscal, não devendo ser prorrogado, a não ser que de forma justificada por situações excepcionais e imprevisíveis, observada as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Critérios de sustentabilidade ambiental

5.5.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar ou prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos. Quando aplicável, a Contratada deverá atender aos seguintes critérios, os quais foram consultados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, 3ª Edição, 2020:

5.5.2.1. Adotar medidas para evitar ao máximo o desperdício de água conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.5.2.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

5.5.2.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, a lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e demais normas ambientais vigentes sobre resíduos sólidos;

5.5.2.4. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

5.5.2.5. Constituir os bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.5.2.6. Fornecer os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.5.2.7. Fornecer os bens isentos de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. VISTORIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, os proponentes *poderão* realizar vistoria, às suas expensas, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17 horas, no Centro Técnico Nacional da Fundacentro, localizado na Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo. Neste caso, a vistoria deverá ser agendada previamente, com no mínimo 3 dias úteis de antecedência, pelos e-mails fernanda.ventura@fundacentro.gov.br; silvia.nicolai@fundacentro.gov.br e/ou slep@fundacentro.gov.br, ou pelos telefones (11) 3066-6156 (falar com Fernanda), ou (11) 3066-6158 (falar com Silvia).

6.2. Para a vistoria, o proponente, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao interessado, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue cópia do manual de instalação e operação do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, contendo as informações relativas ao objeto, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a proponente vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. O representante da interessada deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser executados de 2ª a 6ª feira das 9h00 às 17h30 no Centro Técnico Nacional da Fundacentro, localizado na Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo/SP.

7.2. Para não comprometer as atividades desenvolvidas nos laboratórios, os serviços deverão ser previamente agendados com servidor do Serviço de Laboratório de EPI da Fundacentro, o qual será responsável por acompanhar a visita. O agendamento deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 dias úteis, preferencialmente nos e-mails fernanda.ventura@fundacentro.gov.br, slep@fundacentro.gov.br e/ou silvia.nicolai@fundacentro.gov.br, ou pelos telefones (11) 3066-6156 (falar com Fernanda) ou (11) 3066-6158 (falar com Silvia).

7.3. O serviço de inspeção de segurança deverá ser iniciado em até 10 dias corridos a partir da assinatura do Termo de Contrato e concluído em até 4 dias úteis após seu início, salvo ocorrência devidamente justificada por escrito à Contratante.

7.4. O serviço de diagnóstico técnico deverá ser iniciado em até 10 dias corridos após a realização da inspeção de segurança e concluído em até 5 dias corridos após seu início, salvo ocorrência devidamente justificada por escrito à Contratante.

7.5. O serviço de manutenção corretiva deverá ser iniciado em até 10 dias corridos após o diagnóstico técnico ou autorização pela Fundacentro para aquisição de materiais além dos previstos no Termo de Referência (caso necessários), devendo ser concluídos em até 8 dias úteis após seu início, salvo ocorrência devidamente justificada por escrito à Contratante. O serviço de manutenção preventiva deverá ser iniciado em até 10 dias corridos após a manutenção corretiva e ser concluído em até 3 dias úteis após seu início, salvo ocorrência devidamente justificada por escrito à Contratante.

7.5.1. Na ocasião das respectivas manutenções corretiva e preventiva, a Contratada deve estar em posse dos bens indicados nos itens 5 a 17 do objeto, considerando seu fornecimento e substituição como parte integrante dos serviços.

7.6. Após a conclusão dos serviços de inspeção de segurança, a Contratada deverá fornecer relatório de inspeção conforme requisitos da Norma Regulamentadora NR-13, com emissão de laudo ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Deverá fornecer, ainda, os certificados de calibração aplicáveis para a válvula de segurança e manômetro. Na ART devem constar informações sobre a inspeção realizada no reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), no manômetro e na válvula de segurança do reservatório de ar comprimido.

7.7. Após a conclusão dos serviços de diagnóstico técnico e de manutenção, a Contratada deverá fornecer um relatório técnico descrevendo os serviços executados e emitir os devidos laudos e certificados aplicáveis atestando as condições de funcionamento do sistema. Devem constar no relatório informações sobre as condições do equipamento e seus componentes, defeitos encontrados, especificações das peças e materiais substituídos (marca, fabricante, modelo, procedência), eventuais causas de mau funcionamento e previsão antecipada, quando possível, da necessidade de substituição de qualquer item, elemento de troca, acessório ou peça do sistema. Se houver necessidade de troca de peças não prevista e não especificada no Termo de Referência, a Contratada deverá descrever as especificações básicas do material a ser substituído e sua justificativa de necessidade, para apreciação e aprovação da Administração quanto à sua aquisição.

7.8. Do serviço de inspeção de segurança periódica

7.8.1. Para o serviço de inspeção de segurança periódica, o técnico qualificado da Contratada realizará, de forma compatível com exigências da Norma Regulamentadora NR-13:

a) inspeção e calibração do manômetro e da válvula de segurança do reservatório de ar comprimido, com emissão dos certificados de conformidade aplicáveis - serão fornecidos certificados de calibração individuais, rastreados ou RBC, elaborados em conformidade com a norma NBR ISO/IEC 17025. Durante a calibração pode ser constatado que o erro permissível esteja acima do permitido e neste caso, desde que não gere custos adicionais em função da natureza/complexidade dos problemas encontrados, os instrumentos serão ajustados e corrigidos. Caso contrário, os certificados serão emitidos com os valores encontrados;

b) exame externo, consistindo na verificação da superfície e de componentes externos do reservatório, de modo a avaliar a sua integridade estrutural. Deve ser verificada a presença de deformação, corrosão, fissuras, fendas, incrustações e trincas, entre outros possíveis sinais de dano ou desgaste que possam comprometer a resistência estrutural da unidade e/ou a operação segura do vaso de pressão;

c) exame interno, executado por meio de técnica não destrutiva e metodologias de avaliação da integridade, a critério do profissional habilitado da Contratada, baseados em normas e códigos aplicáveis à identificação de mecanismos de deterioração na superfície interna e componentes internos do reservatório de ar comprimido.

7.8.2. Realizada a inspeção de segurança, deve ser elaborado e disponibilizado o Relatório de Inspeção conforme exigências da NR-13 atualmente vigente, para que seja adicionado ao Registro de Segurança do vaso de pressão, e emitido laudo com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Nesta ART deve constar a inspeção de segurança do vaso de pressão e a inspeção do manômetro e da válvula de segurança do reservatório de ar comprimido realizada, de forma compatível com o exposto no item 7.6 deste Termo de Referência.

7.9. Do diagnóstico técnico

7.9.1. Entende-se por diagnóstico técnico a identificação, a partir de uma série de procedimentos de verificação, das condições de funcionamento de todos os componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido instalado na Fundacentro.

7.9.2. Deverá ser realizado diagnóstico técnico para identificação de problemas ou falhas de funcionamento e sinais de desgaste em peças e elementos de troca, verificando-se o estado de cada componente do sistema e evidenciando quais as ações para a correção, incluindo, se for o caso, a necessidade de troca de peças além das previstas no Termo de Referência. Na realização deste serviço, deve ser considerado o tempo transcorrido desde a última manutenção no sistema, realizada em agosto/2017.

7.9.3. Se observados novos problemas ou falhas de funcionamento no sistema ou constatada a necessidade de substituição de peças além das previstas no Termo de Referência, a contratada deverá incluir, no seu Relatório Técnico, as descrições dos serviços a serem realizados (os quais serão executados como parte dos serviços de manutenção contratados por este processo) e as especificações das peças e componentes a serem adquiridos (os quais serão substituídos como parte dos serviços de manutenção contratados do objeto), que deverá ser entregue à Contratante.

7.9.4. Concluído o diagnóstico, havendo condições para a continuidade do serviço, proceder-se-á a manutenção corretiva e preventiva, garantindo o correto funcionamento do sistema de geração e tratamento de ar comprimido.

7.9.5. Somente após a aprovação pelo setor requisitante é que serão iniciados os serviços de manutenção corretiva e preventiva.

7.10. Da manutenção corretiva

7.10.1. A manutenção corretiva consiste em intervenções técnicas realizadas no sistema a fim de restabelecer as suas funções originais e perfeito estado de uso, incluindo procedimentos como consertos, reparos, ajustes e/ou troca de materiais com desgaste ou problemas de funcionamento. Neste sentido, o serviço de manutenção corretiva deverá incluir todos os procedimentos necessários para determinar causas de problemas no sistema de geração e tratamento de ar comprimido e reestabelecer suas boas condições de uso.

7.10.2. Considerando problemas já observados no compressor e seus componentes, a Contratada deverá realizar a manutenção corretiva incluindo todas as peças, componentes e acessórios necessários para: (i) consertar o painel de comando do compressor (que, atualmente, só está possibilitando ligar e desligar o compressor, não permitindo acessar as informações sobre o tempo de funcionamento total do equipamento e realizar a programação de intervalo de tempo para a manutenção e demais parâmetros ajustáveis); (ii) reparar vazamentos de óleo; (iii) fornecer e substituir a espuma de isolamento acústico na parte interna lateral do compressor; (iv) consertar o secador de ar por refrigeração, que não está refrigerando e vem apresentando, sistematicamente, problemas de vazamento do gás refrigerante. Neste caso, após a resolução dos problemas, deve haver fornecimento e recarga do gás refrigerante. Se constatada a inviabilidade de reparos no secador atual devido à natureza de suas falhas de funcionamento, o serviço deve incluir o fornecimento e a substituição deste componente, já carregado com gás refrigerante ecológico (incluindo o complemento da carga do gás durante a sua instalação, se necessário), com especificações compatíveis com o sistema de dreno automático dos pré-filtros, cuja purga está interligada com a do secador. Neste caso, o serviço deve incluir também, se preciso, as devidas alterações e adaptações que forem necessárias no local de instalação para adequar a localização do suporte dos pré e pós-filtros (que se encontram posicionados em um suporte metálico encaixado na parte superior do atual secador) em relação ao secador; (v) fornecer e substituir as mangueiras que conectam o secador aos pré e pós-filtros; (vi) fornecer e substituir um silenciador pneumático utilizado na purga automática do reservatório de ar, que apresenta estado avançado de corrosão; e (vii) fornecer e substituir novos materiais e/ou corrigir novos problemas além dos relatados acima, se existentes ou necessários, conforme identificados no diagnóstico técnico descrito no item 7.9 acima.

7.10.2.1. Se observada necessidade de substituição do secador de ar por refrigeração para a realização da manutenção corretiva, o mesmo deverá ser acompanhado de manual de instruções em português, nota fiscal de compra (com razão social, endereço e CNPJ da empresa que a emitiu) e garantia do equipamento. Deverá ainda ter as seguintes especificações técnicas:

- a) Ponto de orvalho : + 3°C;
- b) Gás ecológico;
- c) Dreno automático do condensado;
- d) Máxima pressão de trabalho: 12 Bar (175 psi);
- e) Capacidade (7 Bar g): ≥ 39 pcm (67 m3/h);
- f) Tensão: 220 V;
- g) Nível de ruído máximo: 70 dB(A);
- h) Bitola conexões principais: ½" ou bitola com diâmetro maior e com adaptador para redução para ½";
- i) Norma (Especificações e teste): ABNT NBR ISO 7183:2012.

7.10.2.2. O gás refrigerante do secador atual ou do eventual novo secador deverá ser ecológico sempre que aplicável e possível, conforme estabelece a Instrução Normativa Nº 01 de 19 de Janeiro de 2010 da SLTI/MPOG em seu artigo 5º, Inciso IV, priorizando os aparelhos que utilizam gás refrigerante que não prejudicam a camada de ozônio. Esta característica será comprovada por meio da verificação das especificações técnicas do material, observando a sua composição química.

7.10.2.3. A espuma de isolamento acústico fornecida e instalada deve ser adequada e indicada para atenuação de ruído de compressores de ar, construída em material auto extingüível e/ou antichamas.

7.10.2.4. O silenciador pneumático deve ser adequado para compressor de modelo compatível com o instalado na Fundacentro, além de ser construído em material durável, ser resistente a pressões máximas de pelo menos 10,3 bar e vazões máximas de pelo menos 35 pcm, e possuir conexão de ½ polegada.

7.10.3. Se, durante a execução dos serviços, forem observados novos problemas ou falhas de funcionamento não identificados anteriormente no diagnóstico técnico, ou caso constatada a necessidade de substituição de peças além das previstas no Termo de Referência e identificadas no diagnóstico técnico, a Contratada deverá incluir no Relatório Técnico as descrições dos serviços a serem realizados (os quais serão executados como parte integrante dos serviços de manutenção contratados neste processo) e/ou as especificações das peças e componentes a serem adquiridos (os quais serão substituídos também como parte desta manutenção corretiva), que deverá ser entregue à Contratante para aprovação. Neste caso, a Contratada deve também justificar por escrito as razões de não terem sido previamente observados os problemas ou necessidades de materiais no diagnóstico técnico que precede os serviços de manutenção corretiva e preventiva, para avaliação e deliberação da Administração.

7.10.3.1. A nova observação de problemas de funcionamento ou necessidade de substituição de peças, componentes ou consumíveis no diagnóstico ou na manutenção não gera direito a novo pagamento referente ao diagnóstico ou serviços de manutenção, além dos já previstos na proposta aceita da Contratada, devendo a situação encontrada ser corrigida normalmente como escopo da manutenção prevista deste processo.

7.10.4. A Contratada ficará responsável por realizar a destinação das peças ou consumíveis substituídos em decorrência dos serviços de manutenção corretiva.

7.11. Da manutenção preventiva

7.11.1. Entende-se por manutenção preventiva todos os procedimentos para a avaliação/checagem de funcionamento dos componentes do sistema e para a conservação da sua vida útil, prevenindo falhas ou defeitos e mantendo o bom estado de uso do sistema. Envolve, ainda, diagnósticos e recomendações de eventuais providências para solução de problemas que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho e eficiência de equipamentos e componentes.

7.11.2. Para a manutenção preventiva do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, o técnico qualificado da Contratada verificará as condições dos equipamentos e dos demais componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido e realizará:

- a) regulagens e correções necessárias para o perfeito funcionamento do sistema de geração e tratamento de ar comprimido;
- b) substituição do elemento filtrante dos filtros;
- c) inspeção do funcionamento dos drenos dos filtros e realização de medidas corretivas, se necessário;
- d) inspeção do funcionamento dos drenos do reservatório de ar comprimido e realização de medidas corretivas, se necessário;
- e) inspeção dos parafusos do compressor para verificar se os mesmos estão bem apertados, sobretudo os do contato elétrico de potência;
- f) substituição do filtro de ar do compressor, caso já não o tenha sido feito na manutenção corretiva;
- g) substituição do óleo lubrificante do compressor, caso já não o tenha sido feito na manutenção corretiva;
- h) substituição do filtro separador de ar/óleo do compressor, caso já não o tenha sido feito na manutenção corretiva;
- i) inspeção do sistema silenciador utilizado na purga automática do reservatório de ar, filtros de rede e do secador e realização de medidas corretivas, se necessário;
- j) substituição de itens ou acessórios do sistema, quando necessário (mediante autorização prévia de compra do material, se observada sua necessidade de troca);
- k) limpeza dos radiadores do compressor;
- l) substituição dos tubos flexíveis (tubo de ar do radiador-reservatório separador de óleo) a cada 12000 horas de trabalho ou quando necessário (mediante autorização prévia de compra do material, se observada sua necessidade de troca);
- m) substituição dos rolamentos do motor elétrico, anel de retenção do compressor, rolamentos do compressor, válvula de segurança do reservatório a cada 20000 horas ou quando necessário (mediante autorização prévia de compra do material, se observada sua necessidade de troca);
- n) limpeza interna e externa do secador, se necessário;
- o) limpeza da serpentina do secador, se necessário;
- p) inspeção do funcionamento dos drenos do secador e realização de medidas corretivas, se necessário;
- q) verificação do gás do secador e complemento da carga de gás quando necessário;
- r) substituição de qualquer outro item ou acessório do sistema de geração e tratamento do ar comprimido, quando necessário (mediante autorização prévia de compra do material, se observada sua necessidade de troca).

7.11.3. O serviço de manutenção preventiva deverá incluir o fornecimento e a substituição das seguintes peças de reposição e elementos de troca:

- a) 02 Elementos filtrantes dos dois pré-filtros modelo EFC-0080, elemento filtrante A (código Dinattec do filtro: 1020.0010), com grau de filtragem de 0,1 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,5 ppm, capacidade de 80 Nm³/hora, ou equivalente;
- b) 01 Elemento filtrante do pós-filtro modelo EFC-0080, elemento filtrante B (código Dinattec do filtro: 1020.0017), com grau de filtragem de 0,01 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,01 mg/m³ capacidade de 80 Nm³/hora, ou equivalente;
- c) 01 Elemento filtrante do pós-filtro modelo EFC-0080 elemento filtrante C (código Dinattec do filtro: 1020.0018), com capacidade de 80 Nm³/hora, 0,005 micron, grau de filtragem de 0,003 mg/m³ óleo, material do elemento filtrante: carvão ativado, ou equivalente;
- d) Elementos filtrantes para o conjunto purificador de ar modelo MFC-0025, de fabricação da Metalplan, composto por dois filtros de ar comprimido coalescentes Hyperfilter, sendo: 01 Elemento filtrante Metalplan Grau M20 ou equivalente; e 01 Elemento filtrante Metalplan Grau M40 ou equivalente (quantidade: 1 peça de cada elemento filtrante).
- d) 4 L de óleo lubrificante: RotEnergy Plus ou Dinalub SP46 ou SHELL Corena D46 ou BP Energol HLP 46 ou MOBIL D.T.E. MEDIUM ou AGIP Dicrea 46 ou ASTROL Aircol MR46 ou IP Veretum Oil 46 ou equivalente;
- e) 01 Filtro de ar: C 630 da marca MANN FILTER (dimensões: altura de 70 mm, diâmetro interno de 34 mm e diâmetro externo de 60 mm) ou equivalente;
- f) 01 Filtro separador ar/óleo: LB 719/2 da marca MANN FILTER ou equivalente;
- g) 01 conjunto de mangueiras, tubos flexíveis de ½ polegada ou medida melhor adequada, de acordo com avaliação justificada pela Contratada (aproximadamente 7 metros), e tubo PU de 8 mm de diâmetro externo e 6 mm de diâmetro interno (aproximadamente 8 metros) conectados ao compressor, ao reservatório de ar comprimido, aos pré e pós filtros e ao secador. O material deve ser compatível com o modelo do sistema instalado na Fundacentro. Deve ser resistente a pressões de pelo menos 10,3 bar e vazões de pelo menos 35 pcm. Com reforço, adequado e indicado para uso em compressores. De qualidade e especificações iguais ou superiores ao material atualmente instalado no sistema;

7.11.3.1. O óleo lubrificante para compressor fornecido pela Contratada deverá apresentar um intervalo de troca de, no mínimo, 4000 horas de trabalho, e deverá ser fornecido com a ficha de informações técnicas do fabricante, contendo a densidade do óleo a 20°C, viscosidade cinemática a 40°C e 100°C, ponto de fulgor, índice de viscosidade e ponto de fluidez.

7.11.3.2. Os elementos filtrantes dos pré-filtros e pós-filtros fornecidos pela Contratada deverão ter especificações técnicas iguais ou superiores às dos elementos filtrantes dos filtros da Dinattec apresentadas no manual fornecido com o sistema de geração e tratamento de ar comprimido, e deverão estar acompanhados da ficha de informações técnicas do fabricante.

7.11.3.3. Os consumíveis acima relacionados contam com identificação das marcas e modelos atualmente instalados no sistema de geração e tratamento de ar comprimido da Fundacentro ou indicados no seu manual do fabricante, de modo a evitar o fornecimento de materiais com características incompatíveis com as dos itens a serem substituídos e com o modelo do sistema, considerando suas especificidades. Neste sentido, entende-se que o fornecimento de componentes não reconhecidos ou autorizados pelo fabricante do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, ou com especificações/características que não sejam equivalentes às atualmente em uso e recomendadas pelo fabricante, poderia comprometer o funcionamento adequado do sistema e/ou dos equipamentos que fazem uso dele.

7.11.4. Se, durante a execução dos serviços, forem observados novos problemas ou falhas de funcionamento não identificados anteriormente no diagnóstico técnico, ou caso constatada a necessidade de substituição de peças além das previstas no Termo de Referência ou identificadas no diagnóstico técnico, a Contratada deverá incluir no Relatório Técnico as descrições dos serviços a serem realizados (os quais serão executados como parte integrante dos serviços de manutenção contratados neste processo) e as especificações das peças e componentes a serem adquiridos (os quais serão substituídos como parte da manutenção corretiva contratada neste processo), que deverá ser entregue à Contratante para aprovação. Neste caso, a Contratada deve também justificar por escrito as razões de não terem sido previamente observados os problemas ou necessidades de materiais no diagnóstico técnico que precede os serviços de manutenção corretiva e preventiva, para avaliação e deliberação da Administração.

7.11.4.1. A nova observação de problemas de funcionamento ou necessidade de substituição de peças, componentes ou consumíveis no diagnóstico ou na manutenção não gera direito a novo pagamento referente ao diagnóstico ou serviços de manutenção, além dos já previstos na proposta aceita da Contratada, devendo a situação encontrada ser corrigida normalmente como escopo da manutenção deste processo.

7.11.5. A Contratada ficará responsável por realizar a destinação de todas as peças ou consumíveis substituídos em decorrência dos serviços de manutenção preventiva.

7.12. Do fornecimento e substituição de peças, consumíveis ou componentes do sistema além dos previstos neste TR, se diagnosticados como necessários para as manutenções:

7.12.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios cujos fornecimentos não foram contemplados no Termo de Referência ou não se encontram em estoque na Fundacentro, a Contratada deverá apresentar orçamento acompanhado das justificativas de sua necessidade, cuja aquisição dependerá de prévia autorização da Contratante.

7.12.2. A relação dos bens necessários à substituição, com todas as especificações, deverá ser encaminhada ao requisitante da Contratante juntamente com o orçamento para aprovação.

7.12.3. Cabe à fiscalização do contrato e ao Serviço de Compras a responsabilidade de realizar consulta de preços ao mercado para verificação e análise dos valores apresentados, com o auxílio da Gestão do Contrato e demais Serviços ou Coordenações da Diretoria de Administração e Finanças, no que couber.

7.12.4. A pesquisa de mercado deverá ser feita de acordo com a legislação e normas vigentes, destacando a Instrução Normativa 73/2020 do Ministerio da Economia e suas alterações, considerando as particularidades do objeto, tais como quantidade a ser adquirida e custos de frete para fornecimento no endereço do órgão.

7.12.5. O orçamento apresentado pela empresa não poderá ser superior ao preço de mercado. Caso seja, deverá ser ajustado ao preço de mercado.

7.12.6. Todas as peças substituídas durante a manutenção preventiva ou corretiva deverão ser apresentadas aos requisitantes do serviço.

7.12.7. Os valores correspondentes às peças, componentes e/ou acessórios serão faturados juntamente com o valor a ser pago à Contratada pela prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura específica ou, desde que discriminado, da Nota Fiscal/Fatura referente ao preço global fixo do contrato. Será pago pela Fundacentro tão somente o valor constante na Nota Fiscal/Fatura das peças, componentes e acessórios aplicados, sem qualquer outro custo, visto que o custo da mão de obra já deverá estar contemplado no valor da contratação.

7.12.8. Em posse dos bens adquiridos, a Contratada deverá agendar nova data para o prosseguimento e conclusão dos serviços de manutenção, seguindo os mesmos critérios estabelecidos na seção 7.2 deste Termo de Referência para o seu agendamento.

7.12.9. Todos os materiais, peças, componentes e/ou acessórios a serem aplicados devem ser novos, de primeiro uso (sem utilização anterior), com especificações equivalentes ou superiores às dos materiais instalados no sistema e às estabelecidas pelo seu fabricante, em consonância com o disposto no item 5.1.7 deste documento.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Nos termos do Art. 40 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017, os atores que participarão da gestão do contrato são o gestor da execução do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica, sendo esta última representada pelo servidor do SLEP responsável tanto pela solicitação quanto pelo acompanhamento dos serviços.

8.2. A comunicação com a contratada deverá ser realizada por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade.

8.3. O pagamento pelo serviço será único e realizado após o seu recebimento definitivo, nos termos das seções 15 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO e 16 – DO PAGAMENTO deste Termo de Referência.

8.4. A avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas, termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos itens 1- DO OBJETO, 5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, 7- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, 10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, 14- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, 15 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO deste Termo de Referência.

8.5. A verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos itens 10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, 12- DA SUBCONTRATAÇÃO, 13- ALTERAÇÃO SUBJETIVA, 15- DO PAGAMENTO e 16- REAJUSTE deste Termo de Referência.

8.6. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual e os respectivos procedimentos para aplicação deverão ser realizadas com base nos critérios previstos nos itens 14 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, 16- DO PAGAMENTO e 19- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste Termo de Referência.

8.7. As garantias de execução contratual são as estabelecidas no item 18- GARANTIA DA EXECUÇÃO deste Termo de Referência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas pelos itens 5 a 17 na tabela da seção 01- DO OBJETO, descritos nos itens 7.10.2.1 a 7.10.2.4; 7.11.3 e 7.12 deste documento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços o cumprimento das obrigações da Contratada, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços ou verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para a sua correção, substituição ou reparo, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço e fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.12. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao requisitante dos serviços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da contratação.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

11.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.24. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.25. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados e de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo requisitante dos serviços, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 14.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto, nos termos abaixo.
- 15.2. No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 15.3. O recebimento provisório será realizado pelo requisitante do objeto ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 15.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados e bens fornecidos/substituídos, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação do objeto às especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.3.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.3.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização ou o requisitante dos serviços deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório do objeto, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do objeto, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 15.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado com base no Termo de Contrato e sua proposta.

15.7. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo requisitante ou fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.14.1. Para o fornecimento de bens, a Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I=6%/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	----------	--

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Dada a natureza e complexidade do objeto, assim como as características dos serviços solicitados, não haverá exigência de garantia contratual da execução nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. cometer fraude fiscal;

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante ou para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), caso exigida no edital, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	04
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os estabelecidos na seção 5 (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO) e demais seções aplicáveis deste Termo de Referência.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços (preços referenciais) serão aqueles definidos em planilha de composição de preços anexa ao edital e/ou ao presente processo de contratação. Na seção 11 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, foram estimados valores unitários para cada item do objeto e o valor global da contratação, de R\$ 22.821,40 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta centavos).

20.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. Gestão da Unidade: 264001

21.2. Ação: Técnica

21.3. Fonte de Recursos: 0100000000

21.4. Programa de Trabalho: 173305

21.5. Elemento de Despesa: 33903917

21.6. Plano Interno: 220YW101112



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Freitas Ventura, Técnico(a)**, em 24/06/2021, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Damasio de Aquino, Chefe de Serviço**, em 24/06/2021, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Helena de Araujo Nicolai, Tecnologista**, em 24/06/2021, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Alvim de Sá e Benevides, Diretor(a) de Pesquisa Aplicada**, em 02/07/2021, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Memolo Portela, Presidente**, em 08/07/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0111956** e o código CRC **A16FE8C0**.

Anexo 1. Estudo Técnico Preliminar e seus anexos ([0084460](#) e [0084461](#))

Anexo 2. Mapa de Riscos da Contratação ([0084462](#))